

O TESTEMUNHO CRISTÃO NA PÓS-CRISTANDADE

CHRISTIAN WITNESS IN POST-CHRISTIANITY

Miguel Zehetmeyer Bergmann¹

Samuel Fuhrmann²

Resumo: A temática deste artigo diz respeito ao testemunho da fé cristã no contexto da pós-cristandade. O objetivo é explorar elementos que promovam uma reflexão bíblica e luterana sobre o testemunho cristão num contexto cultural adverso e hostil. Para tal, o estudo busca entender o processo mediante o qual chegou-se até o atual cenário, bem como avaliar tipos de abordagens que costumam ser comuns entre muitos cristãos diante da nova realidade. Como resposta à problemática, o artigo propõe um olhar para o modo de vida dos primeiros cristãos, que, mesmo em meio a um contexto hostil, testemunharam fielmente a sua fé a ponto de impactar toda uma cultura em decadência. Por fim, esta maneira de viver da igreja primitiva, chamada *habitus* cristão, será articulada com os dois tipos de justiça de Martinho Lutero, como uma proposta de testemunho da fé cristã no atual cenário da pós-cristandade. Em termos de metodologia, esta pesquisa é de cunho qualitativo, sendo os seus objetivos de natureza exploratória. Como instrumento técnico de investigação foi usada a pesquisa

1 Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 2019, Canoas, RS. Pós-graduado em Teologia e Ministério Pastoral pela ULBRA (2021). Pastor em Cariacica, ES. Artigo de conclusão para obtenção da Habilitação ao Ministério Pastoral, Seminário Concórdia, São Leopoldo, RS (2021).

2 Professor orientador. Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil, ULBRA (Canoas, 2007). Especialista em Teologia com habilitação ao Ministério Pastoral pelo Seminário Concórdia (São Leopoldo, 2010). Doutor pelo Concordia Seminary, St. Louis (Estados Unidos da América, 2020). Professor no Mekane Yesus Seminary, Etiópia.

bibliográfica. Os resultados mostram que, mesmo diante de um cenário adverso e hostil, é possível testemunhar a fé cristã, de modo que, assim como no passado, as pessoas incrédulas e a cultura em decadência sejam impactadas pelo evangelho de Jesus Cristo.

Palavras-chave: Testemunho cristão. Pós-cristandade. *Habitus* cristão. Duas justiças.

Abstract: The theme of this article concerns the witness of the Christian faith in the post-Christendom context. The aim is to explore elements that promote biblical and Lutheran reflection on Christian witness in an adverse and hostile cultural context. To this end, the study seeks to understand the process by which the current scenario arose, as well as to assess types of approaches that are common among many Christians in the face of the new reality. As an answer to the problem, the article proposes a look at the way of life of the first Christians, who, even in the midst of a totally hostile context, faithfully witnessed their faith to the point of impacting an entire culture in decadence. Finally, this way of life of the early church called Christian *habitus* will be articulated with the two kinds of righteousness of Martin Luther, as a proposal to witness the Christian faith in the current post-Christendom scenario. In terms of methodology, this research is qualitative, and its objectives are exploratory in nature. Bibliographic research was used as a technical research instrument. The results show that, even in the face of an adverse and hostile scenario, it is possible to witness the Christian faith, so that, just as it happened in the past, unbelieving people and a decaying culture may be impacted by the Gospel of Jesus Christ.

Keywords: Christian witness. Post-Christianity. Christian *habitus*. Two justices.

INTRODUÇÃO

Durante muitos séculos, o cristianismo exerceu grande influência na cultura e sociedade ocidental (Europa e América). Os princípios éticos e morais expressos nas Sagradas Escrituras serviram de base para

a formulação de leis e constituições de praticamente todos os países do ocidente. Apenas para citar um exemplo, o teólogo Joel Biermann (2020, p.180) afirma que “a influência da igreja cristã no governo e na sociedade norte-americanos foi consideravelmente maior do que os documentos e pronunciamentos oficiais possam indicar”. Ele explica que isso aconteceu porque a maior parte dos norte-americanos era cristã.

Essa realidade, no entanto, tem mudado radicalmente em todo o ocidente nas últimas décadas, quando cada vez mais a igreja vem perdendo espaço no âmbito público e cultural, sofrendo muitas vezes até oposição. Parafraseando Biermann (2020, p.180), o arranjo amigável que os cristãos tinham em outros tempos foi se desfazendo. Como resultado disso, diversos temas sobre os quais havia consenso quase que unânime, hoje vêm se tornando motivo para divergências. Práticas que até pouco tempo eram consideradas éticas e moralmente inadequadas ou, até mesmo, inaceitáveis, vão se tornando cada vez mais comuns, sendo aceitas por grande parcela da sociedade. Certos comportamentos que eram desestimulados no passado por estarem em desacordo com as Escrituras, hoje são considerados normais e até incentivados. Aos poucos, o ambiente público e cultural parece tornar-se cada vez mais hostil ao cristianismo. Esse novo cenário histórico que vivemos é o que muitos teólogos chamam de pós-cristandade.

Vale lembrar que quando falamos em pós-cristandade não estamos afirmando que a fé cristã deixou de existir, mas nos referimos justamente à perda de espaço e influência que a igreja vem experimentando nos últimos tempos. Christoph Barnbrock, ao descrever essa mesma realidade vivida pela igreja na Alemanha, explica que as condições de enquadramento em que a vida cristã ocorre mudaram. “As igrejas perderam a autoridade [...] Estes são novos parâmetros aos quais as igrejas cristãs devem se ajustar e que moldam a vida dos cristãos. [...] o que molda a sociedade [...] de hoje é, acima de tudo, a perda da influência cristã” (BARNBROCK, 2020, p.99-100).

Fato é que a igreja cristã se encontra em um cenário cultural totalmente diferente daquele que predominou durante muitos séculos. Diante desta nova realidade, surgem perguntas como: Ainda é possível testemunhar a fé cristã no contexto atual? Até que ponto essa perda de influência é negativa? Para refletir sobre essas questões, este estudo tomará como pergunta norteadora a seguinte questão: Como testemunhar a fé em Cristo

no contexto da pós-cristandade? Embora as respostas mais comuns e até esperadas envolvam ou atitudes de “exílio” ou a busca da “conquista” da cultura, conforme lembram os teólogos luteranos Charles Arand e Joel Biermann (2007, p.130-131), o presente artigo busca oferecer uma abordagem bíblica e luterana que evita os dois extremos ao falar sobre viver e testemunhar a fé cristã em um contexto hostil.

É preciso ressaltar que o tema é bastante amplo, podendo ser abordado tanto numa perspectiva mais eclesiológica como aplicado para a vida diária de cada cristão. Joel Elowsky faz uma abordagem eclesiológica do tema, destacando principalmente a importância da liturgia na vida e testemunho da igreja primitiva.³ Já o missiólogo Lesslie Newbigin aborda o tema de ambas as perspectivas, enfatizando a necessidade e importância do testemunho público da fé cristã nos diferentes contextos culturais.⁴ Neste artigo queremos apresentar uma abordagem mais voltada ao testemunho pessoal de cada cristão no dia a dia.⁵ Nesse sentido, quando falamos em testemunho cristão, nos referimos não apenas ao falar, mas também ao agir de cada cristão em sua vida diária, ali onde foi colocado por Deus.

Assim sendo, inicialmente, será oferecido um panorama histórico sobre a pós-cristandade com suas implicações para o testemunho da fé cristã nos dias de hoje. Em seguida, analisaremos os limites das respostas mais comuns ao desafio em questão. Para esta primeira parte, serão observadas as contribuições de teólogos protestantes de diferentes tradições. Depois, apresentaremos uma resposta alternativa a partir de um olhar para o testemunho de fé ativo dos primeiros cristãos, o que Elowsky (2019,

3 Joel Elowsky destaca a importância da liturgia como uma expressão do culto a Deus (amor a Deus), que se estendia ao mundo na vida diária de cada cristão (amor e serviço ao próximo) (ELOWSKY, 2019, p.90). Seu enfoque eclesiológico, no entanto, deixa implícita a aplicação para a vida diária do crente, o que será de grande valia para este artigo.

4 Lesslie Newbigin (1909-1998) foi pastor da Igreja Reformada Unida (Reino Unido). Atuou muitos anos como missionário na Índia. Newbigin escreveu diversos livros sobre missão e apologetica cristã, tais como *O segredo revelado* (2019), *O Evangelho em uma sociedade pluralista* (2016), *Foolishness to the greeks* (1986), entre outros. Um exemplo de abordagem eclesiológica como resposta ao desafio da pós-cristandade pode ser visto na chamada “Eclesiologia Missional”, iniciada por Darrel Guder. Para maiores informações, cf.: GUDER, Darrell L. *Missional Church: A Vision for The Sending of The Church in North America*. Grand Rapids: Eerdmans, 1998.

5 Essa abordagem não deixa de estar em íntima conexão com o caráter eclesiológico, uma vez que é na igreja e no culto semanal que os cristãos nutrem e fortalecem sua fé, através da Palavra e sacramentos, para vivê-la no dia a dia.

p.75) chama de *habitus* cristão. Por fim, queremos dedicar atenção especial para a teologia luterana das duas justiças, que em muitos aspectos permite uma apropriação do *habitus* cristão da igreja primitiva, e ressaltar que seu correto entendimento e aplicação na vida diária é indispensável para o testemunho cristão hoje. A parte mais construtiva do trabalho, portanto, se utiliza de autores luteranos que têm resgatado este importante conceito desenvolvido por Lutero, que ainda hoje é tão fundamental quanto se mostrou no período da Reforma.

UM PANORAMA HISTÓRICO DA PÓS-CRISTANDADE

Para início de conversa, julgamos importante apresentar um breve panorama histórico para melhor compreendermos como chegamos até o atual contexto. A perda de influência que o cristianismo vem experimentando nas últimas décadas se deve em muito ao processo de separação entre igreja e Estado. Mas antes de falar sobre esse rompimento, é necessário identificar quando e como tudo começou. A proximidade entre igreja e Estado teve início a partir da conversão do imperador romano Constantino. Biermann afirma que:

O imperador estabeleceu firmemente a união da cruz e da espada ao convocar e financiar o primeiro Concílio Ecumênico. O cristianismo tinha conquistado Roma – ou talvez Roma tenha inadvertidamente, ou mesmo sagazmente, domado o cristianismo convidando a igreja para os salões do poder como sua noiva. Se o casamento entre igreja e Estado ainda não estava consumado em Niceia, não demorou muito para que a união fosse plenamente estabelecida de forma totalmente tangível (BIERMANN, 2020, p.182).

Ou seja, ao convocar o primeiro Concílio Ecumênico, que reuniu toda a igreja cristã da época na cidade de Niceia, Constantino deu o primeiro grande passo para a consolidação do casamento entre a igreja e o Estado.⁶

⁶ É verdade que isso não aconteceu de uma hora para outra. Tudo começou em 311, quando Galério publicou um edito de tolerância aos cristãos. Depois, em 313, Constantino concedeu aos cristãos a liberdade de culto e ordenou que fossem restituídas todas as propriedades eclesiásticas que haviam sido confiscadas na perseguição. Finalmente, no ano de 380, Teodósio I e Graciano publicaram um

A igreja passava a desfrutar de um novo *status* dentro do Império; de perseguida, aos poucos ela começou a ser privilegiada. Devido à importância e influência de Constantino em todo esse processo, Biermann (2020, p.182) lembra que “constantiniano é o termo usado para descrever a relação simbiótica de afirmação mútua e apoio entre a igreja e Estado”.⁷

Em princípio, poderíamos achar que a nova realidade permitiu que a igreja se dedicasse cada vez mais à proclamação do evangelho, afinal, a perseguição agora pertencia ao passado. Infelizmente, não foi exatamente isso o que aconteceu. O historiador Justo González mostra como a nova situação política religiosa acabou desviando a igreja do seu verdadeiro propósito. Enquanto nos primórdios o evangelho era frequentemente associado aos pobres e ao serviço cristão, a nova realidade fez com que a riqueza e a pompa passassem a ser vistas como sinal do favor divino. Enormes e luxuosos templos foram construídos às custas do Império. Isso fez com que surgisse também uma aristocracia clerical. Em muitos aspectos, a igreja passou a imitar o Império e, com isso, acabou se afastando dos crentes comuns.⁸ Mas esse nem foi o maior problema, o mais grave é que a própria teologia cristã foi se ajustando às novas condições, a ponto de abandonar ou mudar alguns dos temas fundamentais da pregação cristã primitiva. A maioria dos cristãos parece não ter percebido a mudança radical que estava ocorrendo quando a igreja perseguida passou a ser a igreja dos poderosos, nem os riscos que isso implicava (GONZÁLEZ, 2011, p.143-145).⁹ Um desses riscos foi a mudança de uma vida de testemunho sob a cruz, com ênfase na Palavra, para uma vida de triunfo a partir da espada.

Biermann explica que a mútua cooperação e influência entre igreja e Estado persistiu durante quinze séculos, com o auge do poder

edito decretando que todas as pessoas do império deveriam seguir a religião cristã. O cristianismo se tornava a religião oficial do Império (WALKER, 2006, p.150-152,171-172).

⁷ Outro termo usado por muitos teólogos para referir-se ao período em que igreja e Estado desfrutavam de uma relação muito íntima é “cristandade”. Daí o termo “pós-cristandade” para designar a atual situação que vivemos.

⁸ Em protesto a essa nova realidade da igreja surgiu o movimento monástico (GONZÁLEZ, 2011, p.145).

⁹ González traz essas informações a partir de uma análise da obra *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia. O historiador de Cesareia não foi o único responsável por essas mudanças. Ele, na verdade, apenas representou o pensamento comum daquela época. Eusébio também não foi o criador da “teologia oficial”, mas o porta-voz dos muitos cristãos que, assim como ele, estavam surpresos e agradecidos por terem saído das tribulações (GONZÁLEZ, 2011, p.145).

alternando-se entre os dois polos. Mas este relacionamento começou a estremecer com a ascensão do Iluminismo (séc. 18), que não apenas rompeu com o longo casamento entre igreja e Estado, mas transferiu a fé para o coração do crente e para a vida privada do indivíduo. Esse é o momento da história em que a igreja começou a perder o espaço que tinha. “Era apenas uma questão de tempo até que as supostas fé e base cristãs fossem suplantadas pelos ideais mais elevados e verdadeiros da tolerância, dos direitos pessoais e da autodeterminação individual”. Dessa forma, “a implacável campanha do Iluminismo estripou o constantinismo e despojou o cristianismo do seu antigo prestígio e influência” (BIERMANN, 2020, p.182-183,188).

Obviamente, essa mudança impactou diretamente a forma e o conteúdo do testemunho cristão a partir daquele momento. Alan Furst (2020, p.109-110) lembra que os avanços científicos que surgiram com o Iluminismo (também chamado de período Moderno) questionaram muitos dogmas ensinados pela igreja, levando muitos a abandonarem a fé cristã. Pode-se dizer que, aos poucos, Deus e a fé cristã foram sendo substituídos pelo homem e sua razão. Nesse sentido, Newbiggin afirma: “A Bíblia tinha que cada vez mais justificar-se no tribunal da razão e da consciência. Enquanto parecia que ela não podia fazer isso, a tensão tornou-se uma separação”. A fé bíblica passou, então, a pertencer apenas àqueles que ainda optavam por uma vida espiritual, mas não poderiam manter-se na esfera pública (NEWBIGGIN, 2016, p.17). Em outros termos, o testemunho cristão – através do falar e do agir diários –, que deveria voltar-se ao mundo, foi silenciado e reprimido.

Lamentavelmente, essa perda de espaço da fé cristã no âmbito público e sua transferência para a vida privada acabaram resultando também numa perda de relevância e significado da fé na vida das pessoas. Ora, se a fé deixou de ser importante para o convívio social, por que ela deveria ser importante para o indivíduo? É uma consequência até mesmo óbvia. Esse é um aspecto bastante negativo da nova realidade que experimentamos, pois impacta diretamente o testemunho cristão. Afinal de contas, se a fé já não é mais relevante para a vida individual das pessoas, por qual motivo testemunhá-la para outros?

Neste sentido, Furst explica que, diante das mudanças propostas pelo Iluminismo, também a igreja falhou quando não soube dar uma resposta

adequada aos desenvolvimentos ocorridos na sociedade ocidental. Conforme o pensamento moderno conquistava espaço, “a igreja se aquietou para um espaço ‘privado’ ou se rendeu às tendências modernas, acarretando uma domesticação de Deus e da fé confessada”. Isso explicaria, em parte, “a razão para a igreja cristã ainda enfrentar dificuldades em confessar a fé e fazer a sua confissão entendível para o mundo hoje”. O resultado disso é que “a pregação da igreja se torna vaga e sem relevância para a vida dos cristãos na atual sociedade, o que aumenta ainda mais o distanciamento entre a fé que confessamos e a vida que temos na sociedade” (FURST, 2020, p.110). As palavras de Furst estão diretamente ligadas ao problema que esta seção quer apontar, a saber, que o próprio testemunho cristão deixou de ser visto como algo urgente e necessário para o contexto cultural no qual os cristãos estão inseridos.

A influência da separação iluminista entre assuntos públicos e fé na vida privada também impactou a maneira luterana de testemunhar. Sabe-se que a distinção dos dois reinos de Lutero combateu a confusão quanto às funções da igreja e do Estado, enfatizando a função da igreja em termos de pregação do evangelho, a fim de que o testemunho cristão fosse claro e fiel às Escrituras. Conforme ressaltam Arand e Biermann, no entanto, a divisão imposta pelo iluminismo estabeleceu a agenda para uma interpretação luterana do duplo governo de Deus.¹⁰ O problema é que ela resultou em uma separação secular-sagrado, onde o reino da mão esquerda de Deus passou a ser considerado secular e profano. Ou seja, influenciada pela proposta iluminista, a igreja passou a dedicar-se apenas à questão espiritual e focar na esperança do mundo vindouro, já que sua função diria respeito somente a questões do reino da mão direita. Assim, a realidade presente, a vida no dia a dia, passou a ser ignorada como espaço para a ação cristã. Dessa forma, cada vez mais a igreja foi perdendo sua influência na sociedade, conduzindo-a a uma era pós-constantiniana (ARAND e BIERMANN, 2007, p.129-130).¹¹ Vemos, assim, que a influência da visão

10 Os secularistas defendiam a autonomia do estado, confinando a fé e a moral ao domínio da vida privada e interior dos indivíduos. Essa interpretação foi vista com bons olhos pelos teólogos confessionais, pois evitaria que o evangelho se transformasse em uma ideologia de ação social (ARAND e BIERMANN, 2007, p.129).

11 A doutrina dos dois reinos merece uma abordagem ampla, devido à riqueza de seu conteúdo. Aqui, no entanto, nos limitamos apenas ao aspecto em que ela se conecta ao testemunho e aos dois tipos de justiça (tópico mais ao final deste artigo). Arand e Biermann afirmam: “Considerados dentro

iluminista parece ter desvinculado as ações práticas de amor e serviço ao próximo do testemunho cristão no dia a dia.

AS ABORDAGENS DA CONQUISTA E DO EXÍLIO E SUAS IMPLICAÇÕES AO TESTEMUNHO

Como vimos, a igreja também falhou no desenvolvimento de todo o processo que nos levou até a atual situação. Como podemos então testemunhar a fé cristã diante do novo contexto? Muitos concentram todos os seus esforços apenas em tentar recuperar o espaço perdido. Esse tipo de esforço representa a abordagem da “conquista”. Biermann (2020, p.183) relata que essa também é a realidade norte-americana, onde muitos cristãos evangélicos, inclusive luteranos, “ainda lutam pelo objetivo de um dia transformar o país em uma nação inteiramente cristã”. Essas pessoas recebem o divórcio da igreja com o Estado como algo alarmante e desesperador.

[...] esses cristãos norte-americanos anseiam pelo retorno das coisas como costumavam ser conforme eles as têm em mente. Eles veem a igreja como necessitada de assistência e, portanto, lutam para proteger os direitos da igreja, bem como do seu povo. Sua esperança, frequente e vigorosamente expressada, é reivindicar a América para Deus e devolver a nação à sua herança cristã (BIERMANN, 2020, p.181).

Para essas pessoas, a nova situação de descrença em expansão é praticamente um chamado para levantar armas e um “impulso para esforços intensos a fim de recuperar o que se perdeu e, de alguma forma, salvar e restabelecer o que costumava ser” (BIERMANN, 2020, p.183). Esta, porém, não é uma realidade presente apenas na América do Norte. Além de ser perceptível que esta realidade existe no Brasil, ao se observar debates

dos dois tipos de justiça, os dois reinos não podem ser vistos como formas alternativas de existência (com uma sendo inferior à outra) nas quais vivemos como cidadãos deste mundo ou vivemos como cidadãos do céu” (ARAND e BIERMANN, 2007, p.129 – Tradução nossa). Este aspecto é muito importante para a proposta do artigo, que tem por objetivo mostrar que o testemunho cristão vai além do falar, concretizando-se através de ações de amor e serviço em favor do próximo e cuidado para com a criação de Deus (justiça ativa).

políticos, já foi demonstrado academicamente que essa visão também está presente aqui e em outros países da América Latina, especialmente nos meios pentecostais e neopentecostais.¹²

Este tipo de pensamento costuma ter uma forte abordagem política, em que se busca um certo “domínio cultural”, explica Samuel Fuhrmann. Essa busca geralmente acontece através da tentativa de eleger “políticos cristãos que prometem estabelecer leis de acordo com a Bíblia a fim de que se alcance uma ‘ética cristã’ na sociedade” (FUHRMANN, 2020, p.101). Isso se dá porque os evangélicos mudaram seu discurso a partir de 1979, conforme aponta o também brasileiro Carlos Cunha: “Crente fiel não se mete em política” passou para: “Crente se mete em política, sim, desde que seja pela direita”. O lema desta agenda político-religiosa evangelical costuma ser: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor” (Sl 33.12). Cunha diz que: “A participação de evangélicos fundamentalistas vai se tornando cada vez mais ativa e articulada. Candidatos ‘oficiais das igrejas’ são lançados por denominações e eleitos com a participação eficaz dos fiéis” (CUNHA, 2020, p.1154). A ideia por trás desse movimento é justamente a de reconquistar o espaço perdido e transformar o país numa espécie de “nação santa”, como se fosse o próprio reino de Deus na terra. A pergunta que fica a partir disso é a seguinte: se uma pesquisa neste sentido fosse feita na IELB, será que não encontraríamos ideias e pensamentos semelhantes? Vai além do escopo deste estudo responder a esta pergunta. Ainda assim, é importante observar que o fenômeno descrito por Cunha é multid denominacional, o que torna o presente estudo ainda mais relevante.

Retomando o ponto acima, o problema, conforme Fuhrmann, é que a atitude da reconquista do espaço através de meios políticos, por vezes, “é confundida com a missão cristã no mundo”. Entretanto, o que realmente costuma acontecer é “a imposição de verdades reveladas nas Escrituras sobre os que não creem” (FUHRMANN, 2020, p.101). Esse tipo de atitude faz com que o testemunho cristão perca seu conteúdo bíblico teológico, ou seja, a Palavra e os sacramentos são substituídos pelo discurso político, e o serviço cristão é visto como um embate. Isso nos remete ao tempo das

12 O tema é abordado por Carlos Alberto Motta Cunha, Doutor em Teologia pela FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia) de Belo Horizonte, MG. Para mais informações, cf.: CUNHA, Carlos Alberto Motta. Fundamentalismo à brasileira: perfil e enfoque do Protestantismo de Missão no Brasil. *Horizonte. Belo Horizonte*, v.18, n.57, p.1137-1161, set./dez.2020.

cruzadas, guerras travadas em nome de Deus para reconquistar territórios cristãos perdidos. É importante lembrar que isso aconteceu justamente na época em que a relação entre igreja e Estado era tão íntima que seguidamente suas funções eram confundidas e, até mesmo, invertidas.¹³

Conforme dito acima, essa abordagem é chamada de “conquista” ou “transformação”¹⁴ no estudo de Arand e Biermann. Conforme os autores, a ideia implícita é de que o mundo só pode ser bom quando é subserviente ou apoia a igreja. Por isso, “o mundo precisa da redenção da igreja, e a igreja deve entregar essa redenção transformando o mundo no reino de Deus. O objetivo é absorver ou engolir o mundo na igreja” (ARAND e BIERMANN, 2007, p.131 – tradução nossa).¹⁵

Entretanto, essa não é a única abordagem pela qual os cristãos encaram a nova realidade que estamos experimentando. Enquanto alguns apelam à “conquista”, outros partem para o “exílio” (ARAND e BIERMANN, 2007, p.130). Biermann (2020, p.183) explica que para esses cristãos “o

13 As cruzadas foram expedições armadas que tinham o objetivo de “derrotar os muçulmanos que ameaçavam Constantinopla, salvar o Império do Oriente, unir de novo a cristandade, reconquistar a Terra Santa, e em tudo isso ganhar o céu” (GONZÁLEZ, 2011, p.362). Elas foram fortemente incentivadas pela igreja da época, com promessas de indulgência plena para todos os que morressem nas batalhas, tendo o Estado como um apoiador incondicional. As atrocidades cometidas em nome de Deus neste período talvez sejam a melhor ilustração dos perigos que uma relação muito próxima entre igreja e Estado pode representar. Para maiores informações, cf.: GONZÁLEZ, Justo L. As cruzadas. In: *História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados*. 2.ed. Tradução de Hans Udo Fuchs, Key Yuasa. São Paulo: Vida Nova, 2011. Cap.38, p.362-384.

14 Os termos utilizados por Arand e Biermann são: “conquest” e “transformation”.

15 Ao descrever esta abordagem, Arand e Biermann têm em mente majoritariamente a direita norte-americana. Sabe-se que na América Latina existe também um viés transformacionista mais voltado à esquerda, cujo objetivo visa estabelecer uma espécie de reino terreno da justiça social. Apesar de não recorrerem tanto à ideia de eleger políticos cristãos, seus adeptos acabam confundindo teologia com ideologias sociais e políticas. São exemplos desta abordagem a “Teologia da Libertação” (principais proponentes: Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Rubem Alves) e, do lado protestante, a “Missão Integral” (principais proponentes: René Padilla, Samuel Escobar, Valdir Steuernagel). Uma crítica à “Teologia da Libertação”, mostrando como ela colocou os pobres no lugar do próprio Cristo, pode ser encontrada em: BOFF, Clodovis M. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.67, n.268, p.1001-1022, set.2007. Da mesma forma, a “Missão Integral” recebe críticas por sua relação com ideologias filosóficas e sociais. Uma delas pode ser encontrada em: FONTES, Felipe Costa. Missão Integral ou Neocalvinismo: Em busca de uma visão mais ampla da Missão da Igreja. *Fides Reformata*. São Paulo, v.19, n.1, p.61-72, 2014. Reconhecemos que este viés progressista também mereceria uma atenção maior, mas para não tornar o trabalho muito extenso, nos limitamos aqui apenas ao viés conservador. De qualquer forma, vale ressaltar que ambas as abordagens (tanto a direita como a esquerda) perdem de vista a fidelidade à Palavra e o conceito bíblico e luterano de testemunho cristão.

fim da união constantiniana significa que é hora de a igreja se retirar do mundo em uma nova forma de monasticismo”. Ou seja, o mundo se tornou tão mau, hostil e descrente que a melhor solução é isolar-se dele para não ser contaminado por ele. A ideia implícita nessa abordagem é a de que vivemos em uma terra estrangeira, mas não participamos dela (ARAND e BIERMANN, 2007, p.130). Os adeptos desta abordagem formam vínculos apenas com os irmãos da igreja, afastando-se do convívio social mais amplo (trabalho, estudo, vizinhança). É verdade que precisamos nos cuidar para não cairmos nas ciladas de quaisquer culturas, mas Cristo enviou seus discípulos ao mundo a fim de que anunciassem o evangelho (cf. Jo 17.18). Se todos os cristãos se isolarem, quem anunciará as boas novas da salvação para os que ainda não creem?

Criticando essa visão, Newbiggin ressalta que geralmente costumamos usar o exemplo de Ló fugindo de Sodoma para justificar o “exílio” do mundo mau. Mas nos esquecemos de Jonas que, mesmo contrariado, foi enviado por Deus para a cidade pagã de Nínive, a fim de que ela se convertesse do seu mal e fosse poupada. Contudo, Newbiggin lembra que o próprio Jesus Cristo, na semana da Páscoa, não hesitou em entrar na cidade de Jerusalém. Ele poderia ter se retirado para o deserto com seus discípulos, ou poderia ter reunido um exército e empunhado a espada para conquistar a cidade. Mas ele optou por entrar humildemente em Jerusalém, mesmo sabendo o que o aguardava: a morte na cruz do Calvário (NEWBIGGIN, 2016, p.302-304). Ou seja, Jesus não optou pelo exílio, muito menos pela conquista, ele amorosamente sacrificou-se por Jerusalém e por toda a humanidade.

Portanto, ambos os extremos descritos nesta seção não representam uma alternativa viável para o testemunho cristão hoje, à luz das razões apresentadas. A abordagem do exílio é equivocada na medida em que se afasta do mundo que precisa urgentemente ouvir a mensagem de Cristo. A abordagem da conquista, por sua vez, peca ao querer impor a Palavra aos que ainda não creem. Arand e Biermann (2007, p.131) lembram que nenhuma destas abordagens representa a teologia luterana. Mais do que isso, ambas as abordagens traem o conceito de testemunho cristão que está expresso nas Sagradas Escrituras e foi vivido de forma plena pelos primeiros cristãos, conceito este que o artigo busca reafirmar ou resgatar.

UM OLHAR PARA O TESTEMUNHO DOS PRIMEIROS CRISTÃOS

Se não é pelo exílio nem pela conquista, qual seria então uma alternativa viável para o testemunho da fé cristã no atual cenário cultural? Aliás, será que ainda é possível testemunhar a fé em um mundo que parece tornar-se cada vez mais hostil à mensagem cristã? A partir de agora, queremos voltar nosso olhar para a maneira como os primeiros cristãos testemunharam a sua fé. E para quem acha que naquela época as coisas foram mais tranquilas do que hoje, está muito enganado. Conforme demonstrado por especialistas na igreja primitiva, aqueles cristãos viveram num contexto cultural hostil muito semelhante ao dos nossos dias.

O teólogo luterano Joel Elowsky é um destes especialistas, cujo objeto de estudo é a igreja cristã primitiva. Em um artigo intitulado “Missão e Cultura na Igreja Primitiva e Hoje”, ele afirma que “a cultura que nós estamos experienciando hoje não é tão diferente da cultura que os primeiros cristãos experimentaram nos primeiros séculos, logo depois de Cristo e os Apóstolos caminharem sobre a terra”. Elowsky explica que naquela época “havia uma cultura comum compartilhada através de todo Império Romano, especialmente entre a aristocracia da cultura greco-romana. Os jogos, o teatro, os banhos, eventos públicos do imperador – estes eram todos parte da cultura, e era esperado que todos participassem” (ELOWSKY, 2019, p.74-75). Ou seja, assim como os demais cidadãos do Império, esperava-se que também os cristãos interagissem com a cultura da época.

Não muito diferente daquilo que vemos hoje em dia, também as cidades greco-romanas estavam cheias de distrações para estimular todos os apetites, relata Elowsky:

Gladiadores e “pilotos” de brigas eram semelhantes aos jogadores de futebol e aos lutadores de hoje em dia. Além da violência pública e da sede de sangue, havia muito sexo, bebedeira e apostas por detrás das cortinas. [...] Insinuação de sexo e conquistas, uniões homossexuais, brigas de bar, roubos, entre outras coisas, tudo ali gravado. Os teatros apresentavam produções clássicas de comédia, como Sêneca e Terêncio, mas o assunto frequentemente era sobre sexo e infidelidade, coisas que seriam facilmente, hoje em dia, classificadas para público acima de 18 anos. [...] Havia um constante bombardeio de imagens, arte erótica, infiltrada por toda parte, e os

banhos incitavam a promiscuidade e a prostituição. Na verdade, os romanos possuíam pelo menos 50 palavras para os diferentes tipos de prostitutas que alguém poderia encontrar nas cidades. Não havia internet ou mídias sociais na época da Igreja antiga. Contudo, a sociedade e a cultura estavam estruturadas para a tentação. Se não para a tentação, então para distrair; se não para distrair, para dessensibilizar e desumanizar (ELOWSKY, 2019, p.81).

Essa descrição não lembra muito os dias atuais? Não há como negar que o contexto cultural em que viveram os primeiros cristãos era muito semelhante ao nosso. Além da hostilidade cultural, relatividade ética e moral, promiscuidade, os cristãos daquela época não tinham espaço algum na esfera pública. Ao contrário de hoje, em que o cristianismo é mundialmente conhecido, apesar da crescente rejeição, os primeiros cristãos viveram em uma época onde a fé cristã era totalmente desconhecida. É inevitável que nos perguntemos: como aqueles cristãos testemunharam sua fé num contexto tão adverso e hostil?

No livro de Atos dos apóstolos, Elowsky exemplifica, há uma descrição de como era a vida dos primeiros cristãos:

E perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações. Em cada alma havia temor; e muitos prodígios e sinais eram feitos por meio dos apóstolos. Todos os que criam estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo entre todos, à medida que alguém tinha necessidade. Diariamente perseveravam unânimes no templo, partiam pão de casa em casa e tomavam as suas refeições com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e contando com a simpatia de todo o povo. Enquanto isso, o Senhor lhes acrescentava, dia a dia, os que iam sendo salvos (At 2.42-47).

Esse relato do livro de Atos mostra que o testemunho dos primeiros cristãos partia da vida de culto: eles “perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações” (At 2.42). Conforme Johannes Rottmann (1979, p.100), estes foram os “quatro pilares da vida espiritual” da igreja primitiva. O culto preparava aqueles cristãos para a vida diária, onde eles viviam essa fé na prática, servindo e amando-se mutuamente, a ponto de não haver necessitados entre eles (At 4.34).

Somado a isso, merece destaque o versículo 47, onde é dito que a igreja contava com “a simpatia de todo o povo”. Isso evidencia que, mesmo em uma realidade hostil à fé, o jeito de viver daqueles primeiros cristãos era uma forma de testemunho aos de fora, impactando positivamente a relação da igreja com o mundo. E, assim, o Senhor lhes acrescentava dia após dia “os que iam sendo salvos” (At 2.47b).

Antes de retomar a maneira como Elowsky descreve a vida dos primeiros cristãos, para o propósito deste artigo é necessário perceber como se deu o testemunho que concerne à ação mais fundamental da igreja naquele contexto hostil. Em Atos 17.16-34, por exemplo, é descrita a postura do apóstolo Paulo, que mesmo revoltado com a excessiva idolatria dos atenienses, se dirige a eles com todo o respeito, utilizando-se inclusive de argumentos filosóficos familiares a eles, sem, contudo, deixar de ser fiel à mensagem de Cristo.

Um outro texto bíblico que retrata a maneira como a igreja era instruída a viver a fé naquele contexto hostil está na primeira carta de Pedro. O apóstolo exorta os cristãos a continuarem vivendo de modo exemplar (cf. 1Pe 2.11-17), amando e servindo uns aos outros (cf. 1Pe 3.8-12). Pedro os encoraja dizendo: “Mas, mesmo que venham a sofrer injustiça, vocês são bem-aventurados. Não tenham medo das ameaças, nem fiquem angustiados; pelo contrário, santifiquem a Cristo, como Senhor, no seu coração, estando sempre preparados para responder a todo aquele que pedir a razão da esperança que vocês têm” (1Pe 3.14,15). E tudo isso deveria ser feito “com mansidão e temor, com boa consciência”, de modo a deixar envergonhados aqueles que difamavam a boa conduta dos cristãos (cf. 1Pe 3.16). É importante ressaltar que aqui, claramente, o pastor Pedro está preparando o povo de Deus para estar pronto a falar e testemunhar a um mundo hostil à fé cristã. E ao fazer isso, fundamenta sua exortação na cruz do próprio Jesus Cristo: “Porque se for da vontade de Deus, é melhor que vocês sofram por praticarem o bem do que praticando o mal. Pois também Cristo padeceu, uma única vez, pelos pecados, o justo pelos injustos, para conduzir vocês a Deus” (1Pe 3.17-18a). Isso é de grande relevância para a realidade da pós-cristandade. Daria para dizer que, na pós-cristandade, é preciso resgatar o que significa ser igreja a partir da cruz.

Esses exemplos bíblicos deixam claro que a atitude dos primeiros cristãos nada tinha a ver com exílio, tampouco caracterizava uma abor-

dagem da conquista. Paulo não impôs a Palavra aos atenienses idólatras, mas também não hesitou em aproveitar a oportunidade para testemunhar o Evangelho. Da mesma forma, Pedro não estimulou os cristãos a se rebelarem contra a hostilidade que os cercava, muito menos que se eximissem do testemunho verbal e prático da fé. Nota-se que mesmo em meio a toda a adversidade cultural da época, aqueles cristãos testemunharam sua fé de forma ativa, através de um modo de vida diferenciado. E foi assim que aos poucos, apesar das perseguições constantes, os cristãos passaram a contar com “a simpatia de todo o povo” (At 2.47a).

O modo diferenciado de vida descrito em Atos 2, e que deveria ser refletido no testemunho da igreja (1Pe 3), é o que Elowsky chama de *habitus* cristão. Ele explica que a igreja cristã primitiva ofereceu uma cultura alternativa, “um modo de vida que levava a uma cultura elevada e um propósito elevado”. Eles não se retiraram do mundo, mas se engajaram com a cultura como um povo que sabia que tinha algo valioso a oferecer. Este *habitus* vinha das Escrituras e aconselhava sobre a importância de viver pelo Espírito e não se entregar à tentação sexual (Rm 8); defendia a esmola (Mt 6.1-4), o cuidado e consideração pelos pobres e indefesos (Gl 2, Tg 2). A igreja destacava-se pelo cuidado especial com as viúvas e os órfãos, como sendo os mais fracos na sociedade (Tg 1.27). Ela também foi responsável pela criação dos primeiros hospitais (ELOWSKY, 2019, p.75,84).

Mas o *habitus* cristão não se limitava apenas ao cuidado com o próximo; Elowsky mostra que havia implicações diretas também no exercício da cidadania:

Em face às discriminações do governo e, em alguns casos, perseguição, a Igreja cristã promoveu a obediência à autoridade governamental e às leis (Rm 13.1-8), mesmo quando o aconselhado deveria seguir a própria consciência e aliança a Cristo, onde o governo estava exigindo algo contra a Lei de Deus. Honestidade nos negócios, paciência e submissão na vida pública e privada eram promovidos, como a Igreja aconselhava. Assim também como o respeito pelas crianças e escravos e a obediência aos pais e superiores (Ef 5-6). A Igreja estava ciente do problema de imigração numa sociedade com grande fluxo de pessoas. As pessoas eram estimuladas a integrarem os estranhos e estrangeiros que vinham às cidades, dando-lhes vida ao invés de renegar às sombras estes recém-chegados, como a cultura e sociedade romana fazia (Hb 13.2) (ELOWSKY, 2019, p.76).

Há pelo menos dois pontos importantes aqui: primeiro, embora não cativos à cultura, os primeiros cristãos não ficaram indiferentes ao que ocorria no mundo ao redor, eles se engajaram ativamente ali onde Deus os havia colocado. Segundo, como resultado do ponto anterior, aqueles cristãos não confessaram sua fé da boca para fora, mas a colocaram em prática na vida diária, através de atos de misericórdia uns para com os outros, amando e servindo ao próximo, inclusive os de fora. Isso foi possível porque eles criaram toda uma rede de conexões (no trabalho, na vizinhança, nos arredores) para que as pessoas pudessem entrar em contato com esse *habitus* cristão (ELOWSKY, 2019, p.77-79). Elowsky lembra que os cristãos viviam na cultura da época, mas não eram daquela cultura:

A Igreja era contracultural na medida em que oferecia uma história diferente à vida, oferecendo algo que se encaixava melhor nela do que aquilo que a sociedade e a cultura daqueles dias poderiam oferecer. A cristandade, em outras palavras, parecia muito mais atrativa aos que estavam fora da Igreja (ELOWSKY, 2019, p.78).

O que Elowsky está afirmando também é defendido por outros autores que abordam o tema. Newbigin, por exemplo, lembra que “o Evangelho aprova uma ampla variedade de culturas humanas, mas não aprova um relativismo total. Há bons e maus em todas as culturas e há avanços contínuos em todas as culturas que podem ser criativos ou destrutivos”. O critério de avaliação sempre deverá ser a Palavra de Deus (NEWBIGIN, 2016, p.252). Parece que foi exatamente isso o que os primeiros cristãos fizeram. Newbigin ainda ressalta que “a comunidade que confessa que Jesus é o Senhor tem sido, desde o início, um movimento introduzido na vida pública da humanidade” (NEWBIGIN, 2019, p.32). E o que preparava aqueles cristãos para testemunharem sua fé no local onde Deus os havia colocado, embora fosse um contexto hostil, era a vida de comunhão no culto, em torno da Palavra e dos sacramentos (At 2.42).

Por tudo isso, podemos concluir que é possível testemunhar a fé mesmo em uma cultura hostil ao cristianismo, sem que para isso precisemos nos exilar ou apelar para a conquista. Afinal, se o testemunho de fé dos primeiros cristãos impactou a realidade das pessoas positivamente, por que não poderia fazer o mesmo hoje, no atual contexto de pós-cristandade?

Talvez estejamos diante de uma excelente oportunidade de testemunho, como há séculos não houve. Basta que saibamos aproveitá-la. Mas como exatamente podemos aplicar o *habitus* cristão em nossa vida? Como podemos refletir sobre essa maneira de viver em perspectiva luterana? A nossa teologia está firmemente alicerçada nas Sagradas Escrituras, e ela não apenas rejeita os dois extremos mencionados neste artigo como leva os cristãos a uma presença no mundo pautada pelo amor, onde a fé é testemunhada através de palavras e ações. Assim sendo, uma maneira luterana para se falar sobre o testemunho cristão que enfatiza a fé vivida no dia a dia é o que conhecemos como “os dois tipos de justiça”.

O HABITUS CRISTÃO E AS DUAS JUSTIÇAS DE LUTERO PARA O TESTEMUNHO NA PÓS-CRISTANDADE

Como vimos até aqui, exílio e conquista não são abordagens bíblicas para o testemunho cristão. Arand e Biermann (2007, p.131) também lembram que nenhuma delas representa a teologia luterana, pois ambas falham em reconhecer como Deus designou a vida humana dentro da sua criação. Os dois reinos de Deus (da mão direita e da mão esquerda) não podem ser vistos como formas alternativas de existência, como se tivéssemos que optar entre ser cidadãos do mundo ou cidadãos do céu.¹⁶ Quando analisamos a maneira de viver dos primeiros cristãos, conforme fizemos há pouco, percebemos que eles entenderam perfeitamente que estavam inseridos simultaneamente nestas duas dimensões da existência: eles eram cidadãos do céu, mas, ao mesmo tempo, viviam ativamente no mundo. Foi assim que eles testemunharam sua fé através de palavras e ações concretas.

A partir de agora, queremos voltar nossa atenção para a doutrina luterana das duas justiças, que em muitos aspectos é uma expressão do *habitus* cristão da igreja primitiva. A teologia dos dois tipos de justiça foi desenvolvida pelos reformadores do século 16. Martinho Lutero sugeriu o conceito pela primeira vez na Disputa de Heidelberg (1518). Depois,

¹⁶ Esse tipo de pensamento acaba concordando com a alegação iluminista de que a fé nada tem a declarar na esfera pública, permitindo que o cristianismo seja confinado num gueto privado, como se nada tivesse a dizer sobre questões públicas importantes (ARAND e BIERMANN, 2007, p.131).

foi desenvolvendo essa teologia em um sermão sobre “Os dois tipos de justiça” (1519), no escrito sobre “Os votos monásticos” (1522) e em seus sermões sobre Gênesis (1523/1527). A obra que representa o culminar do pensamento de Lutero sobre as duas justiças é seu “Comentário de Gálatas” (1535), onde ele chama essa dupla dimensão da existência humana de “nossa teologia” (KOLB e ARAND, 2008, p.25). Infelizmente, o ensino sobre os dois tipos de justiça foi negligenciado durante muito tempo na igreja luterana. Contudo, nos últimos anos, teólogos como Charles Arand, Robert Kolb e Joel Biermann vêm resgatando essa teologia tão importante no período da Reforma e que ainda hoje tem muito a nos ensinar. A articulação destes teólogos luteranos será muito importante para compreendermos o conceito bíblico de testemunho cristão que este artigo pretende resgatar.

Antes, porém, de falarmos especificamente sobre os dois tipos de justiça, precisamos definir o conceito de justiça. Conforme Arand e Biermann:

Justiça tem a ver com atender às “especificações do projeto” de Deus para ser uma criatura humana e cumprir o propósito para o qual Deus nos criou. Tem a ver com ser totalmente humano, ou seja, como Deus pretendia que fôssemos quando nos criou. Integral ao Seu desígnio, Deus nos criou como seres relacionais; e as relações humanas acontecem em duas esferas ou arenas fundamentais: vivemos diante de Deus (*coram Deo*) e diante do mundo (*coram mundo*). Esses reinos são habitados simultaneamente; vivemos na presença de Deus e ao mesmo tempo em comunidade uns com os outros, onde somos responsáveis pelos semelhantes. Como Lutero colocou, nós habitamos dois mundos “por assim dizer, um deles celestial e o outro terrestre”. Esses dois mundos da existência humana podem ser traçados em dois eixos: um eixo vertical para a vida com Deus e um eixo horizontal para a vida com nossos semelhantes e a criação não humana. A justiça, ou estar em um “relacionamento correto”, dentro de qualquer reino, é determinado pela natureza dos dois respectivos relacionamentos em que nos encontramos (ARAND e BIERMANN, 2007, p.118 – tradução nossa).

Em resumo, nesses dois relacionamentos (com Deus e com o mundo) encontramos a definição dupla do que significa ser a pessoa que Deus nos fez para ser: temos uma justiça passiva – diante de

Deus; e uma justiça ativa – diante do mundo. Essa perspectiva é muito importante para a compreensão do testemunho cristão, pois implica no fato de que a igreja não se isola do mundo, mas se relaciona com ele. Ao mesmo tempo, esse relacionamento é estabelecido por meio do serviço e da busca pela harmonia, não por imposição ou conquista. E, conforme os exemplos de Paulo (At 17) e Pedro (1Pe 3) mencionados anteriormente, é possível agir com respeito e amor mesmo quando o contexto é de oposição.

Veremos, agora, o que cada uma dessas duas justiças representa na vida do cristão. Quanto à nossa justiça diante de Deus, ela flui unicamente da atividade do próprio Deus para conosco. Lá no início, Deus “deu vida à Sua criação independentemente de qualquer contribuição ou participação de Suas criaturas”. Como obra das mãos de Deus, somos seres totalmente dependentes, “a quem foi dada vida e que continuam a viver apenas com o recebimento de Seus dons. Dependemos do ar que respiramos, da comida que comemos e da água que bebemos. Tire isso e morreremos. Somos receptores na presença de Deus” (ARAND e BIERMANN, 2007, p.118 – tradução nossa). É exatamente isso que confessamos no Primeiro Artigo do Credo Apostólico, e, conforme aprendemos no Catecismo Menor, Deus faz todas essas coisas “por sua paterna e divina bondade e misericórdia, sem mérito ou dignidade da minha parte” (LUTERO, 2016, p.15).

Essa postura receptiva continua também no que diz respeito à obra da redenção. “Quando Suas criaturas humanas jaziam mortas em pecado, Deus as restaurou à plenitude de sua humanidade por meio da morte auto-sacrificial e ressurreição de Seu Filho. Ele nos concede a justiça de Cristo como um presente, o único que consola o pecador perturbado”. Novamente, não existe nenhuma contribuição ou participação de nossa parte, somos apenas receptores das dádivas de Deus. “O Espírito Santo cria a fé através do Evangelho para que o homem possa mais uma vez confiar toda a vida aos cuidados de Deus” (ARAND e BIERMANN, 2007, p.119 – tradução nossa). Assim também confessamos no Catecismo: “Creio que por minha própria razão ou força não posso crer em Jesus Cristo, meu Senhor, nem vir a ele. Mas o Espírito Santo me chamou pelo Evangelho...” (LUTERO, 2016, p.16). Percebemos, dessa forma, que em ambos os casos, tanto na criação como na redenção, sofremos a ação de Deus. Logo, em nosso

relacionamento com Deus (*coram Deo*), somos inteiramente passivos – a nossa justiça é passiva (ARAND e BIERMANN, 2007, p.119).

A partir da justiça passiva e por causa da nossa condição de mortos espiritualmente, é inconcebível ignorar a importância da Palavra e dos sacramentos, como os meios pelos quais ganhamos uma nova vida da parte de Deus. Assim se reconhece que há certa urgência no testemunho da fé cristã, a fim de que o evangelho alcance o mundo que vive nas trevas espirituais. Isso, obviamente, implica sair do exílio. Ao mesmo tempo, evita que se caia em cruzada política, pois é pela Palavra, e não pela espada da mão esquerda, que a vida espiritual é dada às pessoas pelo próprio Deus.

Se no eixo vertical (*coram Deo*) a nossa justiça é passiva, o mesmo não acontece no eixo horizontal (*coram mundo*). Nessa esfera da existência, a nossa justiça deve ser ativa, visando o bem dos nossos semelhantes e o cuidado de toda a criação. Para guiar-nos nessa tarefa, Deus embutiu sua lei na própria criação. “Ao mesmo tempo, Deus deu domínio aos seres humanos de tal forma que eles têm a liberdade e a responsabilidade de descobrir a melhor forma de adequar essa lei aos desafios e questões específicas da vida diária”. Aqui, usamos os dons da razão e da imaginação para mediar de forma crítica a lei em nossas vidas diárias, “de modo a realizar a obra contínua de Deus de preservar e promover o bem-estar das criaturas”. Dentro desta esfera terrena e humana “existe uma rica variedade de maneiras de demonstrar e implementar a justiça humana projetada por Deus”, onde prestamos contas tanto a Deus como aos nossos semelhantes pela maneira como desempenhamos essas tarefas. Assim, aos olhos do mundo (*coram mundo*), nossa justiça sempre será ativa (ARAND e BIERMANN, 2007, p.119-120).

É importante ressaltar que, embora a justiça ativa envolva uma ampla liberdade e o bom uso da razão, ela ocorre principalmente a partir da orientação clara de Deus nos Mandamentos. Além de revelar que somos pecadores carentes da graça de Deus, os Mandamentos nos mostram de forma concreta como essa justiça é colocada em prática (KOLB e ARAND, 2008, p.68-69). É verdade que diariamente temos a necessidade de voltar ao Primeiro Mandamento, mas o parâmetro para nossa vida no mundo e nossas relações nele é especialmente a Segunda Tábua. Sabemos que nela há uma distinção entre a obediência às autoridades (4º Mandamento)

e o zelo pelo próximo (5° ao 10° Mandamentos), contudo, a autoridade emana do próprio Deus, e seu fim último será sempre a necessidade do próximo.¹⁷ Este ponto é muito importante porque é a partir dele que se percebe como a abordagem luterana é distinta do exílio e da conquista. É diferente do exílio porque na explicação dos Mandamentos Lutero nos ajuda a entender não apenas o que somos proibidos de fazer, mas também o que Deus espera que façamos, pois somos levados em direção ao próximo, para preservar sua vida, sua honra, seus bens, etc. Ao mesmo tempo, esta abordagem é distinta da ideia de conquista, porque com os Mandamentos orientando o cristão, busca-se primeiramente o bem do próximo e não uma transformação das estruturas da sociedade.

Encontramos um exemplo bem prático dessa teologia no “Tratado sobre a Liberdade Cristã”, de Martinho Lutero, onde ele enfatiza duas teses paradoxais: “O cristão é um senhor libérrimo sobre tudo, a ninguém sujeito. O cristão é um servo oficiosíssimo de tudo, a todos sujeito”. O reformador explica que o mesmo paradoxo existiu na vida de Cristo, que “embora Senhor de todos, foi feito de mulher, feito sob a lei, simultaneamente livre e servo, ao mesmo tempo na forma de Deus e na forma de servo” (LUTERO, 2011, p.437). Em outras palavras, quando Lutero diz que o cristão é completamente livre e, ao mesmo tempo, totalmente servo, isso não significa nada além do que as duas justiças colocadas em prática: o cristão é livre diante de Deus – justiça passiva; o cristão é servo do próximo – justiça ativa.

Da mesma forma como os dois reinos, também as duas justiças não são duas formas alternativas da existência humana. Kolb e Arand explicam que, para Lutero, as duas justiças fazem parte da essência antropológica do ser humano, sem as quais seríamos incapazes de sermos plenamente humanos. Lutero insistiu que os cristãos precisam dos dois tipos de justiça – devemos ser justos diante de Deus e diante das pessoas. “Ser um ser humano como Deus nos criou para ser, um exemplar humano

17 Um teólogo luterano brasileiro que deixa este ponto bastante claro é o já falecido prof. Martim Carlos Warth. Ele lembra que “Deus delega autoridade ao ser humano para que, em seu nome, a pessoa realize a vontade de Deus no mundo. [...] O próximo sempre é autoridade sobre a pessoa, pois o ser humano foi criado para servir um ao outro em amor. Quando, por isso, quero saber a vontade de Deus para mim hoje, preciso olhar ao meu redor: o meu próximo, com a sua necessidade, vai ser a autoridade que me indica onde posso servir em amor. Da mesma forma, eu indico ao meu próximo a sua oportunidade de servir” (WARTH, 2002, p.104).

perfeito, envolve ser totalmente passivo, como um recém-nascido filho de Deus, e totalmente ativo, como um próximo responsável para com outras pessoas e para com todo o mundo de Deus” (KOLB e ARAND, 2008, p.30 – tradução nossa). Cabe observar que as duas justiças não ignoram a realidade do pecado e a necessidade de arrependimento e perdão diários. Pelo contrário, elas afirmam a necessidade da luta diária contra o pecado, orientada pelos Mandamentos, de modo que o resultado dessa luta seja o bem do próximo.

Tudo isso mostra que os dois tipos de justiça enfatizam a justificação pela fé e afirmam o serviço ao próximo, preservando-se com isso a Palavra e o serviço no mundo. Conforme Arand e Biermann, isso significa que, diante de Deus, precisamos deixar todas as nossas obras para trás e buscar somente a justiça de Cristo, que recebemos por meio da fé. E, a partir disso, devemos voltar ao mundo para viver ativamente essa fé. Contudo, a distinção entre as duas justiças também é necessária para que se evitem erros teológicos como os que aconteceram na igreja medieval, que, ao confundi-las, minou a salvação e falhou com o próximo (ARAND e BIERMANN, 2007, p.121). Percebemos, assim, que a correta compreensão das duas justiças é indispensável para que o testemunho cristão seja fiel ao evangelho de Cristo e impacte o mundo em que vivemos.

Esse impacto se dá junto às pessoas, na sociedade e na cultura onde o cristão é colocado pelo próprio Deus. Assim diz Lutero: “Pois é necessário que fale com as pessoas, aja e lide com elas, como também Cristo, feito em semelhança de pessoa humana, foi encontrado segundo a aparência como pessoa humana, e se envolveu com as pessoas” (LUTERO, 1989, p.452). Nesta perspectiva, a justiça ativa do cristão toma forma concreta tanto no falar quanto no agir para o bem do próximo. Nesta linha, Arand afirma:

A igreja *coram Deo* vive da Palavra de Deus, e vive *coram* mundo para entregar a Palavra de Deus a outros. Vive na presença de Deus como criatura e recipiente de Sua Palavra e no meio da sociedade humana como um agente que entrega vida e salvação por meio da pregação e da absolvição, dos sacramentos, da conversa mútua e consolação entre os cristãos. Em seu cerne, a igreja é uma realidade espiritual, mas uma realidade que tem uma expressão sociológica/empírica no mundo (ARAND, 2007, p.147 – tradução nossa).

O que Arand diz está em continuidade com o que vários autores luteranos trazem em outras palavras: que todo batizado testemunha a fé na sua vida diária, algo que o sacerdócio universal afirma, com a devida distinção entre este testemunho e o Ministério público da pregação. Assim como foi demonstrado na leitura de 1Pedro 3, o falar da esperança, o testemunho verbal, não é função somente do pastor.¹⁸ E para que isso aconteça, assim como visto na igreja em Atos, também hoje os meios da graça, Palavra e sacramentos, são fundamentais no preparo dos cristãos para testemunharem sua fé ao mundo, tanto por meio de palavras como por meio de ações.

O conceito das duas justiças, portanto, é uma articulação que mostra como os luteranos afirmam teologicamente o viver da fé no dia a dia, a saber, pela recepção passiva dos dons que a Palavra oferece aos cristãos e pelo testemunho ativo desta Palavra ao mundo. Com base nisso, como então os luteranos testemunham a fé no contexto da pós-cristandade? Acima foi explicado que a abordagem da conquista resulta numa ênfase política e perde o foco na Palavra, além de resultar em conflitos. A partir da teologia luterana oferecida aqui, evita-se o embate, e a Palavra ganha destaque. O cristão não subestima as preocupações sociais e políticas deste mundo, mas testemunha ao falar de Cristo e acolhe a todos amorosamente, sem que para isso precise deixar de ser fiel à Palavra. Também foi apontado para o problema do exílio, que preserva a Palavra entre os cristãos, mas impede que ela chegue aos que não creem, pois aqueles que deveriam ser os porta-vozes de Deus se afastam do mundo. Com base na teologia luterana, o cristão reconhece que a Palavra precisa alcançar os não cristãos, já que por meio dela Deus dá a vida espiritual às pessoas.

Desta forma, percebemos como os dois tipos de justiça trazem implicações bem práticas para o testemunho na pós-cristandade. Enquanto na abordagem da conquista se assume uma postura de defesa e ataque, a partir da teologia luterana, o cristão é orientado a adotar uma postura de acolhimento e respeito. Mesmo que se sinta revoltado e não concorde com

18 Em um trabalho mais abrangente, caberia explorar também a doutrina do sacerdócio universal, mas neste artigo nos limitaremos apenas ao aspecto em que ela pressupõe o testemunho de fé dos cristãos, que é uma consequência da correta compreensão das duas justiças. Os teólogos Robert Kolb e Charles Arand trazem essa abordagem no livro *The Genius of Luther's Theology: A Wittenberg Way of Thinking for The Contemporary Church*.

os desvios e excessos da atual cultura, o cristão assume uma postura semelhante à do apóstolo Paulo (At 17), e com fidelidade e amor testemunha a sua fé. Enquanto a abordagem do exílio pressupõe a preservação da Palavra ao mesmo tempo em que negligencia o testemunho dela, a teologia luterana prepara o cristão para falar ao mundo sobre a esperança que há em Jesus Cristo (1Pe 3). Mesmo que o contexto seja hostil, o cristão é exortado a agir amorosamente em favor do próximo, orientado pelos Mandamentos. Isso requer, inclusive, um estudo contínuo dos Mandamentos, para que se entenda como eles não apenas mostram a pecaminosidade humana, mas também servem de norma para a vida cristã no mundo.

Portanto, fundamentar o testemunho cristão na pós-cristandade a partir do *habitus* cristão e das duas justiças é resgatar o conceito bíblico e luterano de testemunho da fé cristã. É na Palavra e nos sacramentos que recebemos passivamente os dons de Deus, os quais nos preparam para voltar ao mundo e viver ativamente a fé, seja através do falar, seja pelo amar e servir ao próximo. Nessa perspectiva, podemos afirmar que as duas justiças compreendidas corretamente são como uma expressão do *habitus* cristão da igreja primitiva. E se no passado toda uma cultura em decadência foi impactada através daquela maneira de testemunho, por que hoje seria diferente? Certamente a Palavra continua a mesma: viva e eficaz. Afinal, passarão os céus e a terra, mas a Palavra de Cristo permanecerá (cf. Mt 24.35).

CONSIDERAÇÕES

Estamos vivendo o período da pós-cristandade, o que tem feito a igreja perder cada vez mais a influência pública e cultural que já possuiu anteriormente. Essa perda de espaço se deve muito ao fim da relação íntima entre igreja e estado, que perdurou por mais de um milênio, mas também às constantes transformações culturais que têm ocorrido nas últimas décadas. O contexto à nossa volta parece tornar-se cada vez mais hostil e adverso para o testemunho da fé cristã. O problema maior apresentado neste artigo é o fato de que muitos cristãos enxergam a nova realidade apenas pelo lado negativo e, como que com atitudes desesperadas, acabam adotando posturas de exílio ou de conquista. Contudo,

nenhuma dessas abordagens reflete o ensino bíblico e luterano a respeito do testemunho cristão.

Em resposta a essa problemática, este artigo dedicou atenção especial ao testemunho dos primeiros cristãos, que num contexto cultural semelhante ao dos nossos dias viveram sua fé ativamente na vida diária, impactando positivamente toda uma cultura em decadência. É claro que também existem diferenças. Uma delas é que no início da era cristã o cristianismo era totalmente desconhecido. Nos dias de hoje, o cristianismo não apenas é mundialmente conhecido, como também carrega o peso de alguns capítulos obscuros ao longo da história. Esse fato amplia ainda mais a necessidade de vivermos a fé cristã em amor. Ainda como resposta ao desafio de testemunhar a fé nesta nova realidade, a última seção se apropriou do *habitus* cristão da igreja primitiva para articular a teologia luterana das duas justiças. Vimos que é a partir do reconhecimento de nossa passividade diante de Deus que somos movidos a viver ativamente em favor do próximo. Compreender e viver os dois tipos de justiça no lugar onde fomos colocados por Deus, em nossos ofícios e vocações diárias, certamente resultará em uma excelente forma de testemunho para o atual cenário hostil em que vivemos.

É preciso reconhecer, no entanto, que o tema abordado neste artigo é bastante amplo e desafiador, podendo ser trabalhado de diversas outras perspectivas. Não foi a nossa intenção responder a todas as questões relacionadas ao testemunho cristão na pós-cristandade, pois isso demandaria uma pesquisa muito mais aprofundada. Tópicos como a teologia dos “dois reinos” e o “sacerdócio universal” poderiam servir de base para futuras pesquisas, contribuindo para a reflexão sobre este tema tão importante. Contudo, a partir do que apresentamos neste trabalho, podemos concluir que a atual situação não pode ser vista apenas pelo lado negativo, ela surge também como uma excelente oportunidade para o testemunho cristão. Assim como Deus usou os primeiros cristãos para testemunharem sua fé em um contexto cultural hostil, Deus ainda hoje continua usando cada um de nós, sua igreja, mesmo na pós-cristandade. Cabe-nos, como filhos redimidos e amados do Pai celestial, viver ativamente a nossa fé neste mundo, testemunhando Cristo por meio de palavras e ações concretas em favor do próximo e da criação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAND, Charles. A Two-Dimensional Understanding of the Church for the Twenty-First Century. *Concordia Journal*, v.33, n.2, p.146-165, Spring 2007.
- ARAND, Charles; BIERMANN, Joel. “Why the Two Kinds of Righteousness?” *Concordia Journal*, 33, n.2, p.116-135, Spring 2007.
- BARNBROCK, Christoph. Identidade luterana no contexto pós-cristão. *Igreja Luterana*. São Leopoldo, v.81, n.1, p.98-115, jun.2020.
- BÍBLIA. Português. *Nova Almeida Atualizada*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.
- BIERMANN, Joel. Não mais casados, mas ainda comprometidos: o papel da igreja face à decrescente influência cristã. *Igreja Luterana*. São Leopoldo, v.81, n.1, p.179-193, jun.2020.
- BOFF, Clodovis M. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.67, n.268, p.1001-1022, set.2007.
- CUNHA, Carlos Alberto Motta. Fundamentalismo à brasileira: perfil e enfoque do Protestantismo de Missão no Brasil. *Horizonte*. Belo Horizonte, v.18, n.57, p.1137-1161, set./dez.2020.
- ELOWSKY, Joel C. Missão e cultura na Igreja primitiva e hoje. *Igreja Luterana*. São Leopoldo, v.79, n.1, p.73-90, jun.2019.
- FONTES, Felipe Costa. Missão Integral ou Neocalvinismo: Em busca de uma visão mais ampla da Missão da Igreja. *Fides Reformata*, São Paulo, v.19, n.1, p.61-72, 2014.
- FUHRMANN, Samuel Reduss. “A igreja está na pós-modernidade” – Em direção a uma resposta luterana ao relativismo ético. *Igreja Luterana*. São Leopoldo, v.81, n.2, p.107-131, dez.2020.
- FURST, Allan Diego. Confessando Cristo após a morte de Deus. *Igreja Luterana*. São Leopoldo, v.81, n.2, p.107-131, dez.2020.
- GONZÁLEZ, Justo L. *História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados*. 2.ed. Trad. Hans Udo Fuchs, Key Yuasa. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- KOLB, Robert; ARAND, Charles. *The Genius of Luther’s Theology: A Wittenberg Way of Thinking for The Contemporary Church*. Grand Rapids: Baker Academy, 2008.

- LUTERO, Martinho. *Catecismo Menor com explicações*. Trad. Rodolpho Hasse. 37.ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Concórdia, 2016.
- LUTERO, Martinho. *Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã*. Trad. Ilson Kayser. 3.ed. atual. In: *Obras Seleccionadas de Lutero*, v.2. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal, 2011.
- NEWBIGIN, Lesslie. *O Evangelho em uma sociedade pluralista*. Trad. Valéria Lamim Delgado Fernandes. Viçosa: Ultimato, 2016.
- NEWBIGIN, Lesslie. *O segredo revelado: uma introdução à teologia da missão*. Trad. Rogério Portella e Thomas de Lima. São Paulo: Vida Nova, 2019.
- ROTTMANN, Johannes H. *Atos dos Apóstolos no contexto do século XX*. Porto Alegre: Concórdia, 1979.
- WALKER, Wiliston. *História da Igreja Cristã*. Trad. Paulo Siepierski. 3.ed. São Paulo: Aste, 2006.
- WARTH, Martim Carlos. *A ética de cada dia*. Canoas: Editora da ULBRA, 2002.